

# Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

## **Transgeracionalidade e violência: um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas**

### **Transgenerationality and violence: a study with women victims of violent marital relationships**

### **Transgeneracionalidad y violencia: un estudio con mujeres víctimas de relaciones conyugales violentas**

Rayssa Reck Brum<sup>1</sup>, Caroline Rubin Rossato Pereira<sup>2</sup>, Tatiane Pinto Rodrigues<sup>3</sup> & Andressa Nascimento dos Santos<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [rayssarbrum@gmail.com](mailto:rayssarbrum@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9420-0553>

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [carolinerrp@gmail.com](mailto:carolinerrp@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9861-8391>

<sup>3</sup> Faculdade Integrada de Santa Maria. E-mail: [tatiane.rodriques@fisma.com.br](mailto:tatiane.rodriques@fisma.com.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4809-3926>

<sup>4</sup> Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [andressa\\_nascimento@hotmail.com](mailto:andressa_nascimento@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8208-1435>

**RESUMO**

O estudo teve como objetivo compreender as experiências familiares e conjugais de mulheres em situação de violência conjugal. Trata-se de um estudo de casos múltiplos, com três mulheres em situação de violência conjugal. Os instrumentos incluíram uma entrevista sobre as relações familiares e o genograma familiar. A investigação das relações transgeracionais apontou que as mulheres haviam vivenciado padrões violentos em suas próprias famílias de origem na infância e/ou adolescência, presenciado violência entre os pais, ou como vítimas de violência parental. Tais vivências podem ter favorecido a manutenção das mulheres nas relações violentas. Os resultados encontrados apontam para a importância da ampliação do olhar sobre a violência conjugal, considerando, também, vivências na família de origem, tanto em relação a intervenções junto às mulheres, quanto em termos preventivos, visando favorecer o desenvolvimento de práticas educativas não coercitivas nas famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Violência conjugal; Transgeracionalidade; Relações conjugais.

*Informações do Artigo:*

Rayssa Reck Brum  
rayssarbrum@gmail.com

Recebido em: 13/07/2020  
Aceito em: 17/10/2020

**ABSTRACT**

The study aimed to understand the family and conjugal experiences of women in situations of conjugal violence. This is a multiple case study, with three women in situations of conjugal violence. The instruments included an interview on family relationships and the family genogram. The investigation of transgenerational relationships pointed out that the women had experienced violent patterns in their own families of origin during childhood and/or adolescence, witnessed violence between parents, or were victims of parental violence. Such experiences may have favored the maintenance of the women in violent relationships. The results found point to the importance of expanding the view on conjugal violence, considering also experiences in the family of origin, both in relation to interventions with women and in preventive terms, aiming to favor the development of non-coercive educational practices in families. .

**KEYWORDS:**

Marital violence; Transgenerationality; Marital relations.

**RESUMEN**

El estudio tuvo como objetivo comprender las vivencias familiares y conyugales de las mujeres en situación de violencia conyugal. Es un estudio de casos múltiples, con tres mujeres en situación de violencia conyugal. Los instrumentos incluyeron una entrevista sobre relaciones familiares y el genograma familiar. La investigación de las relaciones transgeneracionales mostró que las mujeres habían experimentado patrones violentos en sus familias de origen en la infancia y/o adolescencia, siendo testigos de violencia entre los padres, o como víctimas de violencia parental. Tales experiencias pueden haber favorecido el mantenimiento de las mujeres en las relaciones violentas. Los resultados encontrados señalan la importancia de ampliar la mirada sobre la violencia conyugal, considerando también las experiencias en la familia de origen, tanto en relación a intervenciones con mujeres, como en términos preventivos, con el objetivo de favorecer el desarrollo de prácticas educativas no coercitivas en las familias.

**PALABRAS CLAVE:**

Violencia conyugal; Transgeneracionalidad; Relaciones conyugales.

A violência conjugal é um problema de alta complexidade devido às diversas possibilidades de expressão nas relações, às múltiplas variáveis associadas à sua ocorrência e à manutenção do fenômeno, bem como à sua alta prevalência. Conforme definido a partir da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), a violência conjugal se manifesta a partir de atos de violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (Lei nº 11.340, 2006).

Apesar da dificuldade de compreender a magnitude da violência nos relacionamentos conjugais devido à subnotificação, o Atlas da Violência de 2019 indicou que, apenas no ano de 2017, mais de 221 mil mulheres brasileiras buscaram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão resultantes de violência

doméstica (Cerqueira et al., 2019). O Mapa da Violência de 2015, por sua vez, apontou o Brasil como o 5º país com maiores taxas de feminicídio no mundo (Waiselfisz, 2015). Assim, destaca-se a violência como um problema de saúde pública (Sant’anna & Penso, 2016).

Salienta-se que diferentes nomenclaturas têm sido dadas à violência nos relacionamentos amorosos. Neste estudo, em consonância com a perspectiva sistêmica, optou-se pelo termo “violência conjugal”, por compreendê-la enquanto uma violência ocorrida no contexto de uma relação amorosa e sexual, independente de se tratar de uma relação estável e/ou legalizada (Sant’anna & Penso, 2016). O entendimento da violência na perspectiva sistêmica propõe a ampliação do foco de compreensão do fenômeno, do indivíduo para as relações familiares, em diferentes gerações (Scantamburlo, Moré, & Crepaldi, 2012). Além disso, atenta aos múltiplos papéis que homens e mulheres desempenham nas relações conjugais, bem como aos múltiplos aspectos que se interseccionam e reverberam em episódios de violência. Narvaz (2002) afirma que, na medida em que nas relações conjugais violentas, os perpetradores da violência são, majoritariamente, homens, e as principais vítimas, mulheres, a violência conjugal se refere, também, a uma violência de gênero.

Ao pensar na violência em uma perspectiva sistêmica, Sant’anna e Penso (2016) salientam a importância de atentar aos valores socioculturais vigentes, visto que estes influenciam de forma importante as relações estabelecidas na família. Assim, cabe considerar que os valores patriarcais e machistas são predominantes na sociedade, resultando em relações hierarquicamente desiguais entre homens e mulheres na esfera social (Balbinotti, 2018). Na família, reproduzindo essas dinâmicas sociais mais amplas, as relações desiguais de poder são também observadas, a partir de papéis estereotipados de gênero, que demarcam o que é esperado dos homens e das mulheres nas relações (Sant’anna & Penso, 2016). Assim, conforme Morgado (2011), apesar de a violência conjugal ocorrer no contexto da família, esta não se limita a esse espaço, mas, sim, coaduna-se com o contexto social e com a dinâmica sociocultural que dita o que significa ser homem e ser mulher.

Nesse sentido, entende-se que são diversos os fatores que podem ser considerados associados à ocorrência e/ou continuidade da violência nas relações conjugais (Rosa & Falcke, 2014). Salienta-se, como foco deste estudo, as vivências das mulheres nas suas famílias de origem, em uma perspectiva transgeracional.

Nesse sentido, a literatura tem apontado que crianças que vivenciam contextos de violência familiar carregam para suas futuras relações a tendência à repetição da forma de relação vivenciada (Cui, Durtschi, Donnellan, Lorenz, & Conger, 2010, Sani, 2017). Falcke, Oliveira, Rosa e Bentancur (2009) salientam que a exposição de crianças a experiências de maus tratos, abusos, negligência, violência física e psicológica (seja enquanto vítimas de tais comportamentos, ou presenciando estes comportamentos entre os pais ou adultos significativos para as crianças) pode representar um fator de risco no que diz respeito à perpetuação da violência.

Dessa forma, a violência conjugal atinge não apenas o casal que vivencia uma dinâmica relacional violenta, prejudicial a ambos, mas toda a família e, principalmente, os filhos pertencentes ao grupo familiar. Ao repercutir nos filhos, em especial, crianças e adolescentes, a violência conjugal tende a constituir um ciclo de violência, que se denomina transgeracionalidade da violência (Santos & Moré, 2011). Conforme Falcke e Wagner (2005), o fenômeno da transgeracionalidade diz respeito a processos transmitidos pela família de geração a geração, perpassando toda a história familiar.

Cui et al. (2010), a partir de estudo longitudinal que acompanhou 213 indivíduos da adolescência à idade adulta no contexto norte-americano, evidenciaram que sujeitos expostos à violência na família de origem reproduzem as interações marcadas pela violência em suas relações conjugais. Os autores afirmaram que tanto testemunhar quanto sofrer agressão parental pode representar um fator de risco para a violência nas relações futuras. Em um estudo com 19 mulheres vítimas de violência conjugal da cidade Salvador (BA), Paixão et al. (2014) destacaram o importante papel das experiências na família de origem na ocorrência e na manutenção da violência. Os autores evidenciaram que as mulheres haviam sido vítimas de violência em suas famílias (principalmente agressões físicas e psicológicas), assim como haviam presenciado a violência entre seus pais na infância.

Entende-se, a partir do exposto, que investigar as vivências nas famílias de origem de mulheres vítimas de violência permite direcionar uma compreensão ampla a este fenômeno, além de contribuir para a prevenção da violência nos relacionamentos atuais e futuros das mulheres. Dessa forma, este estudo busca compreender as experiências familiares e conjugais de mulheres em situação de violência conjugal. Como experiências familiares, serão consideradas as experiências das mulheres em suas famílias de origem, envolvendo sua

relação com seus pais (relação parental) e a relação entre seus pais como casal (relacionamento interparental). Como experiência conjugal, será considerada a relação amorosa em que a mulher referiu ter vivenciado a violência conjugal (relação conjugal).

## **Método**

### **Participantes**

Participaram da pesquisa três mulheres que vivenciaram violência conjugal no relacionamento com seus companheiros. As participantes foram acessadas por meio de indicações através de projetos de extensão ou serviços vinculados ao fórum de duas cidades do interior do estado do Rio Grande do Sul, bem como através de divulgação feita em uma rede social. Assim, a amostragem se caracteriza como não probabilística e intencional (Marconi & Lakatos, 2017).

As mulheres participantes possuíam de 24 a 33 anos e se relacionaram com seus parceiros por um período de quatro a nove anos. Com relação às situações de violência vivenciadas, duas participantes haviam buscado a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), a fim de realizar um boletim de ocorrência, e ambas tinham medida protetiva contra seus ex-parceiros; enquanto uma participante não denunciou a ocorrência da violência. Todas as mulheres, no momento da pesquisa, estavam separadas dos companheiros que haviam perpetrado a violência, embora este não tenha sido um critério de inclusão definido para o estudo. O tempo de separação variou de 6 meses a 4 anos. Uma caracterização mais detalhada das mulheres participantes será apresentada no início de cada caso, junto à seção Resultados.

### **Delineamento**

Este estudo corresponde a uma pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir de um estudo de casos múltiplos, envolvendo coleta de dados em profundidade e múltiplas fontes de informação. A pesquisa qualitativa estuda o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes do ser humano e de suas relações (Minayo, 2001). O estudo de caso, por sua vez, trata-se de uma investigação empírica que busca estudar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real. Em estudos de casos múltiplos, o pesquisador, a partir de um conjunto singular de resultados, pode gerar proposições teóricas que seriam aplicáveis a outros contextos (Yin, 2001).

## Procedimentos e Instrumentos

Em termos de procedimentos, após a obtenção da autorização de parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos de uma Universidade, sob o número CAAE 92734718.2.0000.5346, realizou-se contato telefônico com as mulheres, a fim de convidá-las a participar da pesquisa, bem como de explicar os procedimentos, instrumentos e seus objetivos. A partir do aceite das participantes, foi agendado um encontro presencial com cada uma delas, momento em que se explanou sobre a pesquisa, obteve-se as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e deu-se início à coleta de dados, que foi realizada em dois encontros, envolvendo os seguintes instrumentos:

Genograma familiar, que se trata de uma representação gráfica da composição familiar e dos relacionamentos em, pelo menos, três gerações (Carter & McGoldrick, 1995), sendo um importante meio para acessar aspectos relacionais, emocionais e transgeracionais do funcionamento familiar. Para a construção do genograma, elaborou-se previamente um roteiro, que incluía, inicialmente, a configuração familiar e, posteriormente, perguntas referentes aos relacionamentos interpessoais e aos eventos significativos vivenciados pela família, a fim de compreender a estrutura familiar.

Entrevista sobre as relações familiares, a qual objetivou investigar as relações familiares e conjugais das mulheres participantes. Refere-se a uma entrevista semiestruturada, que contemplou os seguintes eixos temáticos: relacionamento interparental (na família de origem), relacionamento parental (na família de origem) e relacionamento conjugal.

No primeiro encontro, foi construído o genograma familiar das participantes. Este foi elaborado à mão pela pesquisadora, em conjunto com cada participante. Posteriormente, o genograma foi formatado através do software GenoPro e, no segundo encontro, foi apresentado de forma impressa para cada uma das participantes, a fim de que pudessem acrescentar ou modificar algo, bem como indicar suas percepções. Assim, no segundo encontro, além da conversa sobre o genograma, as participantes responderam a entrevista sobre as relações familiares. Os encontros aconteceram nas dependências da clínica-escola da Instituição de Ensino Superior à qual as autoras estavam vinculadas. Ressalta-se que a aplicação de ambos os instrumentos foi gravada em áudio, permitindo posterior transcrição.

## **Análise de Dados**

A análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2016), considerando-se as informações provenientes tanto do genograma quanto das impressões das participantes sobre o genograma, e das entrevistas. A triangulação dos instrumentos de coleta de dados visou a complementariedade de informações e o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla acerca da experiência das mulheres participantes em suas famílias e nos relacionamentos amorosos. As informações foram organizadas e analisadas caso a caso de modo a contemplar o entendimento dos três subsistemas familiares foco do estudo, sendo eles: o subsistema interparental (que refere-se à percepção das participantes acerca da relação de seus pais como casal); o subsistema parental (incluindo a forma como as participantes compreendiam sua relação com seus pais, em especial na infância e adolescência) e; o subsistema conjugal (trata sobre a relação conjugal das participantes com seus companheiros, na qual houve a violência conjugal). Posteriormente, os resultados dos três casos foram discutidos de forma conjunta, buscando-se considerar tanto os aspectos comuns entre eles, quanto suas particularidades.

## **Resultados**

Nos resultados, inicialmente, será apresentada a história conjugal e familiar de cada uma das participantes, acompanhada do genograma das famílias e seguida da análise das informações obtidas através do genograma e das entrevistas. A fim de facilitar o entendimento dos casos, estes serão apresentados separadamente e os resultados serão ilustrados através de trechos das falas das participantes. Em seguida, os três casos serão discutidos em conjunto, buscando sua interlocução com a literatura acerca da temática. Salienta-se que os nomes das participantes foram substituídos por nomes fictícios, com vistas a preservar sua identidade.

### **Caso 1 – Carla**

À época da realização da coleta de dados, Carla estava com 24 anos, possuía ensino superior completo e estava desempregada. Ela se relacionou com Bruno, 26 anos, por cinco anos. O relacionamento se iniciou quando ambos eram bastante jovens, tendo Carla 15 e Bruno 17 anos. Segundo ela, o companheiro se mostrou bastante ciumento e controlador desde o início da relação: “Durante os intervalos da faculdade, eu tinha que

ligar pra ele e ficar o tempo todo falando no telefone com ele, se não ele ficava achando coisa, achando que eu tava ficando com alguém” (Carla, 05/09/2018, em interior do RS). Carla relatou identificar o ciúme exagerado do companheiro, no entanto, entendia essas manifestações como uma demonstração de amor: “Começou com coisas sutis assim, coisas que na época eu fui entendendo que eram sinais de amor, o ciúme” (Carla, 05/09/2018, em interior do RS).

O relacionamento do casal foi rompido por Carla algumas vezes devido ao ciúme de Bruno, no entanto, o mesmo a fazia acreditar que a relação seria diferente, buscando, através de presentes e promessas, reconquistá-la: “A gente terminou muitas vezes, aí ele sempre dizia que ia mudar e eu ficava com pena, achava que ele ia mudar e voltava. (...) E aí ele me dava muitos presentes, eu ganhava tudo, ursinho de pelúcia, roupas, presentes” (Carla, 05/09/2018, em interior do RS).

No entanto, as promessas não se cumpriam e a violência, em especial, a violência psicológica, começou a se fazer presente a partir do segundo ano em que o casal estava junto: “Ele me desmotivava tanto, dizia pra mim que eu era feia, que eu era vagabunda e que se alguém me quisesse era só pra fazer sexo” (Carla, 05/09/2018, em interior do RS). Também relembra de episódios de violência física, muito vinculados ao ciúme do companheiro: “Se eu olhasse pra alguém, por exemplo, ele falava: ‘ai, ta olhando pra alguém na rua?’ e aí me beliscava”; “Ele ficava me apertando, (...) às vezes ele me chutava” (Carla, 05/09/2018, em interior do RS).

No momento da entrevista, Carla e Bruno estavam separados há 4 anos. A participante optou por não denunciar a violência sofrida. No momento da pesquisa, Carla estava em um novo relacionamento com Felipe, com quem possuía um filho. Ela apontou como uma preocupação compreender mais sobre o ciclo transgeracional da violência, pensando, em especial, na proteção de seu filho.

No que tange às relações na família de origem, os pais de Carla, Vinícius e Eloísa, foram casados por aproximadamente oito anos e estavam separados há cerca de 17 anos. A participante descreveu a relação entre seus pais como “tranquila”, exceto pelo ciúme de seu pai, que, segundo ela, fazia com que ele se descontrolasse e agredisse física e psicologicamente sua mãe, além de ele ter relacionamentos extraconjugais:

O pai era violento com ela, porque ele tinha ciúmes em determinadas situações. E, aí, ele começou a trair a mãe, e na volta das traições era aquela lua de mel. Mas aí ele chegou a dar um tapa na cara dela, coisas que ela foi perdendo para que ele melhorasse, e, no fim, ele melhorava um pouco, mas depois voltava tudo (Carla, 05/09/2018, em interior do RS).

Nos períodos de lua de mel, Carla referiu que os pais eram bastante amorosos, mas lembrou do processo de separação dos mesmos: “O que eu me lembro, é que eles eram bem amorosos entre eles assim. Quando eles se separaram, é que foi bem violenta a briga” (Carla, 05/09/2018, em interior do RS). Ressalta-se que, conforme representado no genograma da família (figura 1), nas famílias materna e paterna, a violência se perpetuava desde a geração dos avós de Carla.

Sobre as relações parentais, Carla afirmou que a dinâmica de sua casa era positiva: “Era bom, não tinha muita questão de conflitos” (Carla, 05/09/2018, em interior do RS). No entanto, referiu que, quando ela e sua irmã faziam algo de errado, eram punidas fisicamente, principalmente pelo pai: “O pai batia na gente quando a gente era bem menor. Ele era violento” (Carla, 05/09/2018, em interior do RS). Mencionou também o episódio de separação dos pais como um momento de conflito familiar marcante: “Eu lembro que eles discutiram muito, o pai tirou o telefone da tomada pra mãe não ligar pra ninguém, aí ela saiu. E a mãe conta que, nesse tempo, o pai pegou uma faca e ameaçou de matar a gente” (Carla, 05/09/2018, interior do RS).

Após a separação, a relação entre seus pais permaneceu bastante difícil, na percepção da participante, reverberando de forma importante na relação pais-filhas: “O pai fazia alienação parental em relação à mãe, falava muito mal da mãe pra gente, tentava que a gente chamasse outras pessoas [namoradas do pai] de mãe, queria tirar a guarda dela” (Carla, 05/09/2018, em interior do RS). Sobre esse aspecto, referiu: “Era uma violência meio velada assim, silenciosa sabe. E a gente vivia com medo [do pai] o tempo todo” (Carla, 05/09/2018, em interior do RS).

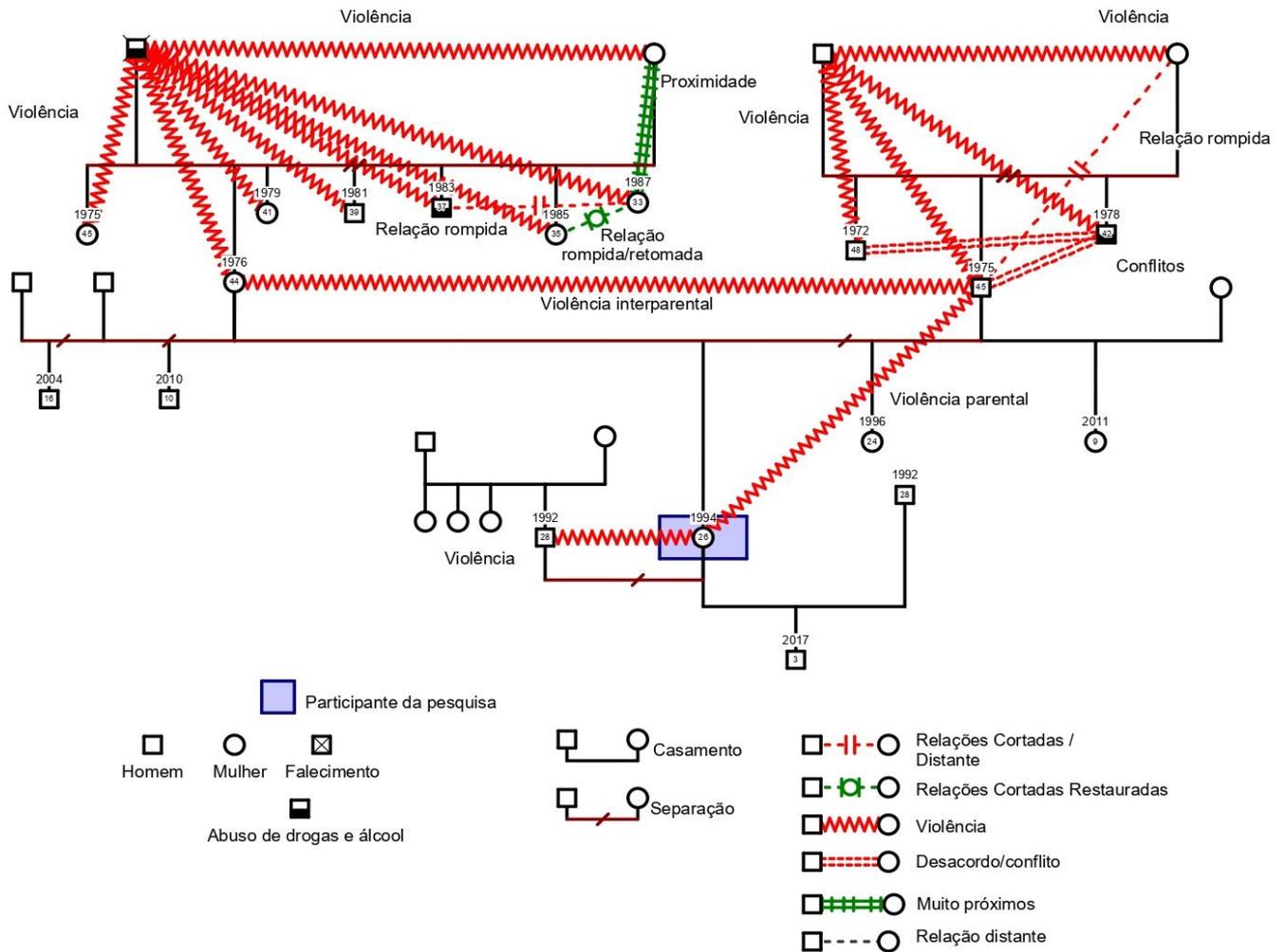


Figura 1.

Genograma Familiar de Carla.

### Caso 2 – Débora

Débora tinha 24 anos no momento do contato para a pesquisa, possuía ensino médio completo e trabalhava como técnica de enfermagem. Se relacionou com Davi, 27 anos, por aproximadamente quatro anos. Ela definiu a união entre o casal como satisfatória: “Ele me tratava muito bem. A gente saía, acampava, passeava, ia num lugar e outro, a gente se dava bem” (Débora, 14/09/2018, em interior do RS), exceto quando Davi fazia uso de bebidas alcoólicas, momentos em que se tornava agressivo. Declarou que ele sempre se mostrou bastante ciumento, aspecto que piorava com o consumo de álcool: “Era uma relação boa, fora os momentos que ele bebia e se transformava. Porque ele sempre foi desconfiado e ciumento, só que quando ele bebe, ele muda, sabe, ele fica 20 vezes pior” (Débora, 14/09/2018, em interior do RS).

A participante relatou que, nos momentos em que estava sóbrio, o companheiro a tratava bem, e eles resolviam seus conflitos através do diálogo. No entanto, referiu que por vezes Davi a ameaçava: “Às vezes ele dizia tipo ‘ai, depois acontece as coisas e tu não sabe porque’, ou ‘ah tenho vontade de te bater’” (Débora, 14/09/2018, em interior do RS). Ainda assim, Débora sempre buscou relevar esses momentos: “Ah, foi dessa forma que eu conheci ele, então, eu não dava bola, sabe?” (Débora, 14/09/2018, em interior do RS). Após a descoberta de uma traição de Davi, Débora rompeu o relacionamento com o companheiro. Este, por sua vez, não aceitou o término, aspecto que culminou em uma agressão física contra Débora: “Ele não aceitava o fim. E eu queria ir embora e ele não deixava, aí ele começou a me estrangular e eu consegui gritar, foi quando ele me pegou com mais força e eu desmaiei” (Débora, 14/09/2018, em interior do RS).

Alguns meses após esse episódio, Débora e Davi reataram o relacionamento, que acabou em novo término, segundo ela, devido ao ciúme do companheiro. Novamente, Davi não aceitou o fim do namoro, fato que motivou a denúncia de Débora na delegacia e a decorrente medida protetiva contra o companheiro: “Ele estava me ameaçando de morte, não aceitava, ia atrás e me ameaçava, porque eu não queria falar com ele. Eu criei um medo, parece que vai ter alguma coisa que ele não vai aceitar e vai fazer alguma coisa” (Débora, 14/09/2018, em interior do RS). No período da coleta de dados do estudo, Débora e Davi estavam separados e não mantinham contato há cerca de 6 meses. Sobre a relação com o ex-companheiro, Débora refletiu: “Eu ainda sinto algo por ele, eu gosto dele ainda. Só que eu tenho medo, eu criei um medo assim com ele, uma coisa assim” (Débora, 14/09/2018, em interior do RS). Referiu, ainda, desejo de reatar a relação com o companheiro, caso este buscasse um acompanhamento psicológico.

Sobre as relações em sua família de origem, Débora era a mais velha de uma família de cinco irmãos. Seus pais, Denise e Bento, haviam se relacionado de forma bastante breve, por aproximadamente seis meses. Eles residiam em cidades diferentes, e Denise, quando engravidou de Débora, teve diversas complicações durante a gravidez que demandaram repouso durante todo o período da gestação, o que, segundo a percepção da participante, ocasionou distanciamento e, posteriormente, o término da relação. Denise não havia exposto à filha a identidade de seu pai, e inúmeros segredos perpassavam a figura paterna em sua infância e adolescência. Débora conheceu seu pai apenas aos 15 anos de idade. Porém, eles haviam passado a conviver

há pouco mais de um ano. A busca e aproximação do pai se deram por iniciativa de Débora, contra a vontade de sua mãe. Assim, conforme explicitado no genograma da família (figura 2), Débora tinha poucas informações sobre sua família paterna, em especial, acerca da estrutura familiar.

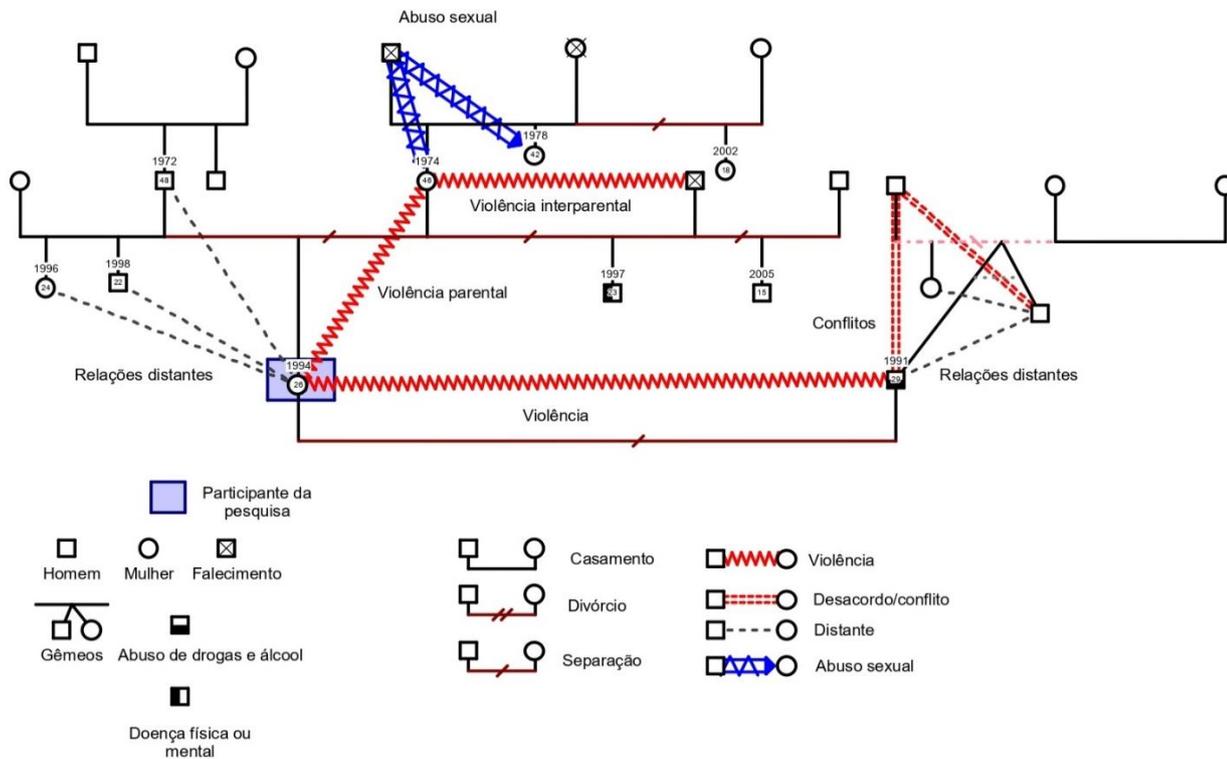


Figura 2.

### Genograma Familiar de Débora

Posteriormente ao rompimento com seu pai, sua mãe se relacionou com outras pessoas. Débora lembra, em especial, do padrasto Alberto, pai de seu irmão, com quem a mãe ficou casada por alguns anos. Sobre a relação entre eles, Débora referiu: “Ele era muito ciumento, ele era agressivo também (...). Fazia bastante coisas pra mãe, queria que a mãe abortasse, batia na mãe quando ela estava grávida do guri<sup>5</sup> (irmão mais novo)” (Débora, 14/09/2018, em interior do RS). No que tange à sua própria relação com o padrasto, a participante indica tê-lo como uma referência positiva de pai: “Ele era agressivo com ela [mãe], mas pra mim era um paizão, nunca me fez nada. Me lembro dele assim, um paizão. Porque ele carregava meu irmão e, onde meu irmão ia, ele me levava junto. Ele era um pai” (Débora, 14/09/2018, em interior do RS).

<sup>5</sup> Expressão regionalista utilizada para referir-se à menino.

Sobre as relações parentais, como não possuía muitas referências acerca de seu pai, Débora centrou sua narrativa na figura da mãe. A respeito das relações mãe-filha, comentou: “A mãe sempre foi muito brigona, sempre me xingava, sempre me chamava de vagabunda. (...) Muitas vezes ela me colocou pra fora de casa” (Débora, 14/09/2018, em interior do RS). No entanto, apesar de salientar que a mãe era bastante agressiva, Débora compreendia as atitudes da mãe como uma forma de educação e não as identificava como violentas: “Era pra educar, nunca assim abusivo” (Débora, 14/09/2018, em interior do RS).

### **Caso 3 – Bárbara**

Bárbara tinha 33 anos no momento da realização da pesquisa, cursava pós-graduação e havia se relacionado com Guilherme (38 anos) por nove anos, com quem teve a filha Sophia, de 5 anos. A participante referiu que o início do relacionamento foi bastante satisfatório e que houve muita identificação entre ela e Guilherme, visto que ambos tinham vivências próximas: “quando eu conheci ele, ele se fez uma pessoa assim totalmente frágil, alguém que saiu a luta no mundo para ir trabalhar, que queria sair de casa como eu, então me vendeu uma imagem que eu precisava” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS). No entanto, referiu que o companheiro se mostrou bastante ciumento desde o início da relação: “Ele ficava manifestando ciúmes, ficava bicudo, sem se falar, e começava: ‘ah, eu vi que o fulano curtiu tua foto’, aí ia lá e excluía a rede social, fazia uma conta junto, sabe assim?” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS).

As crises de ciúme de Guilherme passaram a se tornar mais intensas e o companheiro passou a, durante as brigas do casal, quebrar móveis e objetos da casa, tornando-se cada vez mais agressivo: “Ele começava a brigar, quebrar tudo dentro de casa (..) ele quebrava as coisas com a cabeça, ele virava um bicho, entortava torneira, chutava a porta, tirava o rejunte, ele destruía a casa” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS). Posteriormente, iniciaram episódios de violência física: “Primeiramente eram empurrões, depois puxão de cabelo” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS), momentos em que Bárbara buscava revidar as agressões do marido, também com violência: “A gente brigava, se pegava, daí a forma de ele me parar era gritar mais ainda, era me ofender, era me bater mais” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS). As brigas culminavam em episódios muito graves e intensos de violência: Guilherme chegou a quebrar o ombro e a ulna de Bárbara, bem como fraturar sua coluna. A participante referiu, também, a episódios de violência sexual: “Às vezes, eu

estava dormindo e acordava com ele tentando penetrar em mim” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS). Todas essas agressões eram acompanhadas por violência psicológica: “Ele me distorcia, fazia eu parecer como errada, como louca” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS). Após as agressões, o companheiro buscava fazer demonstrações públicas de amor para ela: “Ele pedia desculpas, eu chegava no serviço tinha um ramalhete enorme de flores já com um urso pendurado. Chegava antes de mim. E aí todo mundo falava, todo mundo amava ele” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS).

No momento da entrevista, Bárbara havia se separado de Guilherme há 3 anos e possuía uma medida protetiva contra o ex-marido. Sobre a filha, Sophia, referiu que a mesma presenciou algumas brigas entre o casal, manifestando-se após a separação dos pais: “ela olhou para mim, passou a mão no meu rosto e disse: ‘mãe, como tu tá linda, agora tu não chora mais, o papai não puxa mais o teu cabelo’” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS). A participante definiu este momento como o que deu forças para ela prosseguir com o processo de separação e se manter afastada do ex-companheiro.

No que tange às relações conjugais dos pais na família de origem, os pais de Bárbara, Paulo e Regina, estavam casados há cerca de 30 anos. Sobre a relação entre seus pais, a participante comentou: “Era uma relação distante (...) não tinha nenhuma manifestação de amor, de abraço, de nada” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS), conforme pode ser observado no genograma da família (figura 3). Ainda assim, afirmou que nunca ocorreu nenhum episódio de violência entre eles: “Ele (pai) só era frio com ela. Nunca maltratou, nunca bateu, nunca xingou, nem nada” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS). Sobre a dinâmica conjugal, referiu que sua mãe era bastante autoritária: “A minha mãe sempre gritou, mandou, deu ordens” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS). O pai, por sua vez, foi definido como uma pessoa bastante submissa, que nunca buscou confrontar a esposa: “Ele não tem boca pra nada, nunca. Isso me irrita nele. Faz 30 anos que ele é casado com ela e ele nunca abriu a boca pra nada. Ela faz o que quer com ele. Ele não tem vida” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS).

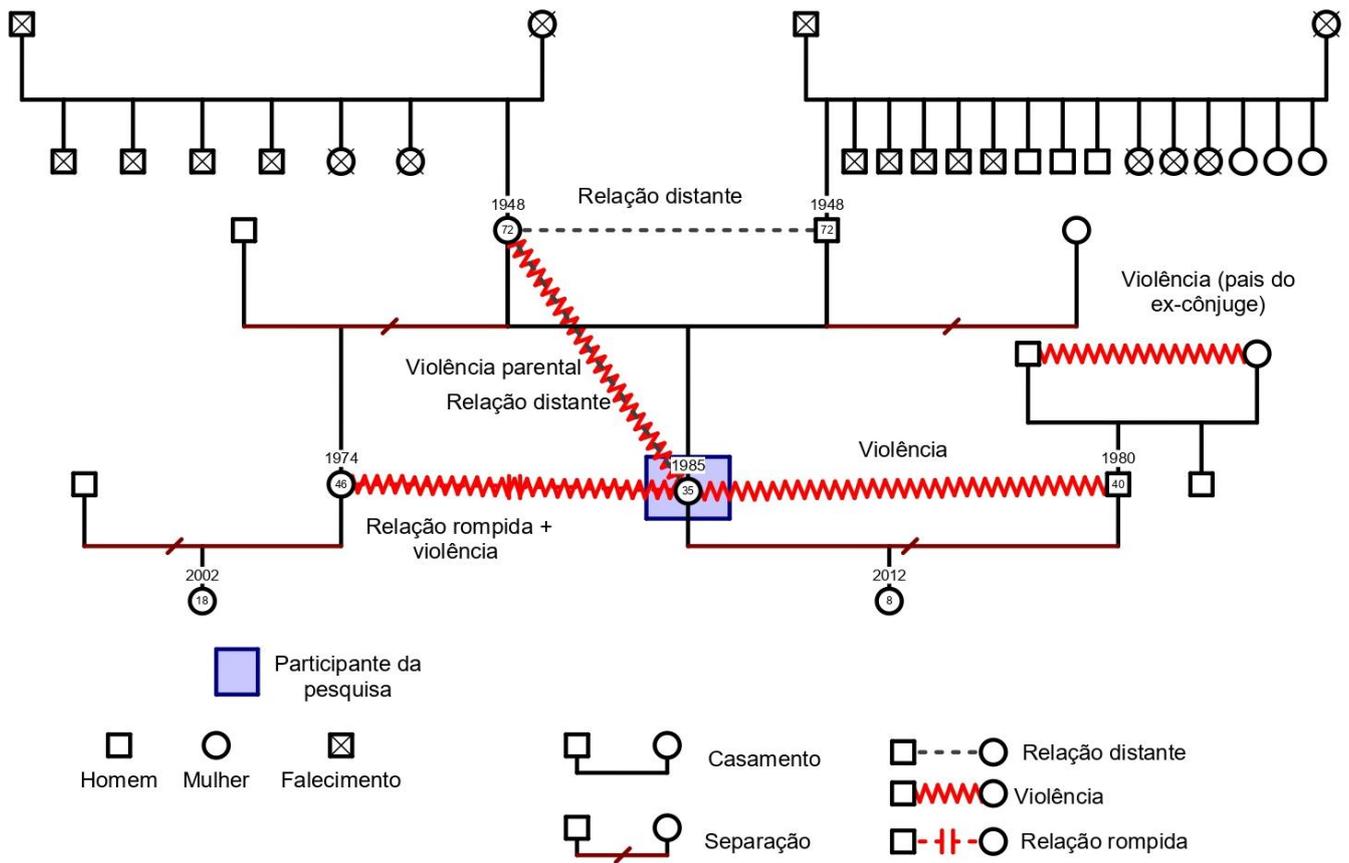


Figura 3.

Genograma familiar de Bárbara.

A respeito das relações parentais, quando questionada como era o clima em sua casa, a participante respondeu: “Ah, era sempre tenso. Mas sempre movido pela minha mãe e minha irmã. Tu tinhas que estar cuidando o jeito que te sentavas, o que tu falavas, pisando em ovos” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS). Bárbara pontuou, ainda, que as práticas educativas eram bastante abusivas, permeadas por violência: “Eu já fui maquiada pra escola, por conta de ela [mãe] pegar uma bolsa, me tacar na cara. Tinha uma fivela enorme de ferro e ficou a marca. (...) Totalmente abusivo. E era minha mãe e depois passou a ser minha irmã” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS). A participante referiu nunca ter estabelecido uma boa relação com sua irmã, que se aliava à mãe em oposição à Bárbara: “Elas eram muito unidas. Me batiam juntas, inclusive compactuavam, tudo ficava entre elas. Eu não podia contar pro meu pai” (Bárbara, 17/09/2018, em interior do RS).

## Discussão

Os resultados demonstram dinâmicas familiares e conjugais perpassadas pela violência em suas mais diversas expressões. No que tange às vivências de violência nas relações conjugais das mulheres, as três participantes apresentaram semelhanças no discurso acerca dos ex-companheiros, visto que todas afirmaram que os primeiros sinais de violência tiveram início de forma sutil e no início da relação, intensificando-se com o passar do tempo, aspecto corroborado pela literatura (Azevedo & Dutra, 2015). Outro aspecto comum aos três casos é o de as participantes terem elencado, como principal gatilho para as agressões, o ciúme. Cabe considerar que, embora o ciúme possa ser culturalmente considerado como manifestação de amor (Gomes, Amboni, & Almeida, 2011), quando apresentado de forma excessiva, tem como base não o amor, mas o sentimento de insegurança, controle e posse sobre o outro (Zancan, Wassermann, & Lima, 2013).

Em pesquisa realizada por Melo, Silva e Caldas (2009), a partir da análise de processos ajuizados por violência doméstica e de entrevistas realizadas com mulheres em situação de violência na cidade de Recife, foi percebido que o ciúme estava entre os principais motivos relacionados à ocorrência de violência conjugal. Todavia, cabe considerar que a atribuição de culpa a fatores externos, como o ciúme, como desencadeador de situações de violência, pode acabar por, socialmente, desresponsabilizar o homem frente à violência perpetrada, visto que busca justificar as agressões e atribuir a culpa à parceira, demarcando que as agressões não são de sua responsabilidade (Zancan et al., 2013). Também Costa et al (2016) referem que o ciúme atenua o significado da violência e que, portanto, a agressão, quando relacionada ao ciúme, é aceita culturalmente, revelando um processo de naturalização da violência no contexto das relações conjugais.

O consumo de bebidas alcoólicas também foi apontado como desencadeador de situações de violência, no segundo caso. Sabe-se que o álcool se associa a aspectos como aumento da agressividade, situações de conflitos interpessoais e rupturas familiares (Vargas, 2010). No entanto, conforme apontam Vieira et al. (2014), não há uma relação causal entre consumo de álcool e ocorrência de violência. Assim, importa considerar que o álcool apenas potencializa situações de violência na conjugalidade, podendo provocar um aumento da tensão, mas que, o seu consumo por si só não é responsável por ocasionar episódios de violência.

As narrativas das mulheres possibilitaram a identificação dos diversos tipos de violência perpetrados pelos parceiros na relação, sendo as mais citadas, a violência psicológica e a violência física. Silva, Coelho e Caponi (2007) ressaltam que, embora haja vários tipos de violência, com especificidades em cada um deles, estes se articulam e se interseccionam de diferentes maneiras. No terceiro caso, evidenciou-se, também, a presença de violência sexual. Entende-se que este tipo de violência tende a ser desconsiderado no contexto das relações conjugais, visto que, muitas vezes, a sexualidade feminina é relacionada à obrigação social para com o relacionamento e com o prazer do homem (Araújo, Queiroz, Moura, & Pena, 2013) e que, por isso, o sexo, mesmo sem desejo, é inerente ao papel de esposa ou companheira, com vistas à satisfação do marido (Vieira, Nóbrega, Arruda, & Veiga, 2016). No entanto, a partir da Lei Maria da Penha, entende-se que qualquer relação sexual não consentida pela mulher, ainda que dentro de uma relação conjugal, configura violência sexual (Lei nº 11.340, 2006).

O estudo permitiu compreender, corroborando a percepção de Morgado (2011), que as relações violentas são atravessadas por situações de agressão, mas também por momentos de afeto, presentes, arrependimentos, dentre outros fatores, de forma concomitante. Nesse tocante, percebeu-se a ocorrência da violência a partir de um ciclo, que alternou situações de agressões com momentos de harmonia e de satisfação com a relação, caracterizados por promessas de mudança e de que não haveria mais violência na relação. Tal ciclo foi, já na década de 1970, descrito por Walker como o Ciclo da Violência, e compreende três fases: a primeira trata-se da Construção da Tensão, momentos em que surgem os primeiros incidentes, ainda sob controle e aceitos normalmente; a segunda fase se refere à Tensão Máxima, na qual existe uma perda de controle e ocorrem as situações de agressão; a última fase, por sua vez, refere-se à Lua de Mel, onde ocorre arrependimento, promessas de mudanças e a retomada da relação conjugal (Walker, 1999). Pode-se conjecturar que os períodos de lua de mel, caracterizados por momentos de reconciliação entre o casal, podem ter contribuído com o fato de as mulheres terem permanecido nas relações por mais tempo, visto que envolviam a esperança de mudança do parceiro. Entretanto, após esses períodos, o ciclo da violência recomeçava e episódios de violência se faziam presentes novamente na relação.

Retrocedendo no tempo, ao investigar as experiências das mulheres participantes do estudo em suas próprias famílias de origem, identificou-se que a violência já permeava suas histórias relacionais desde a infância. Nos três casos estudados, o conflito interparental foi descrito pelas participantes como presente na relação entre seus pais, visto que todas recordaram situações de desentendimentos entre eles, presenciadas na infância ou adolescência. De forma mais marcante, nas famílias das participantes 1 e 2, o conflito interparental foi descrito como envolvendo diferentes expressões de violência. No terceiro caso, percebeu-se uma relação de submissão entre os pais de Bárbara, em que a mãe exercia autoridade sobre o pai. Embora não percebesse situações de violência, a participante referiu esse aspecto como disfuncional, visto que o pai não tinha espaço de fala na relação e na família, de uma forma geral, enquanto a mãe se colocava de uma forma agressiva frente ao seu pai.

A literatura que investiga a violência interparental aponta que esta é considerada como uma forma indireta de violência também aos filhos (Sani, 2017). Como consequência, segundo Silva et al. (2007), as crianças que testemunham violência entre os pais tendem a apresentar sequelas sociais e psicológicas semelhantes às da própria vítima. Dessa forma, pode-se pensar que as mulheres participantes do estudo estavam expostas à violência desde muito cedo em suas vidas. Essa vivência demonstrou ter sido muito marcante e dolorosa para estas mulheres, visto que se lembravam com detalhes das situações de agressão ocorridas entre seus pais.

Além da relação e do conflito interparental, a qualidade da relação parental se mostra um importante fator para a saúde emocional e para o desenvolvimento dos sujeitos no que tange seus relacionamentos futuros. Isso ocorre porque o comportamento futuro dos filhos recebe influências tanto de aspectos da conjugalidade dos pais quanto da parentalidade, ou seja, da relação entre pais e filhos (Sani, 2017). Salienta-se, nesse sentido, o conceito de *spillover* (Erel & Burman, 1995) ou transbordamento, que se refere à possibilidade de que características e qualidades de um subsistema familiar influenciem outros subsistemas e relações. Nesse caso, a qualidade das relações conjugais avança para além da relação estabelecida entre os pais e acaba por caracterizar também a relação pais-filho. Krishnakumar e Buehler (2000) afirmam que a hipótese do *spillover* propõe que a hostilidade das agressões conjugais pode transbordar e reverberar nas

relações pais-filhos, de forma que os pais que vivenciam relacionamentos violentos tendem a utilizar formas de punição também hostis com seus filhos, o que pode ser observado neste estudo.

No que tange às relações parentais, as três participantes do estudo relataram a vivência da disciplina coercitiva na infância e adolescência, envolvendo, principalmente, a violência física. Atenta-se para o fato de que a utilização da violência como forma de educação confere aos pais um lugar de falsa sensação de superioridade (Falcke & Rosa, 2011), relacionando-se ao uso abusivo do poder. Entende-se, a partir de Falcke e Rosa (2011), que a violência contra crianças e adolescentes é socialmente considerada como um instrumento de socialização e como uma resposta a desobediências e rebeldia. No entanto, essa prática é considerada um fator de risco ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, visto que está relacionada a diversas problemáticas e consequências negativas para os filhos. A longo prazo, o histórico de violência parental e abuso físico se relaciona com a reprodução da violência na idade adulta, seja em seus relacionamentos íntimos (Capaldi & Clark, 1998; Cui et al., 2010) ou a partir da perpetração da violência com seus filhos (Heyman & Slep, 2002).

Em pesquisa realizada por Heyman e Slep (2002), que buscou compreender o ciclo de violência no contexto norte-americano, os autores indicaram que a agressão física (por si só ou associada à exposição à violência interparental) aumentava o risco de violência contra o companheiro(a), a vitimização nas relações amorosas e a utilização da violência com os filhos. Segundo Capaldi e Clark (1998), a agressão parental teria um papel mais proeminente em termos de impacto nas relações futuras do que o testemunho de violência entre os pais, sugerindo que a agressão perpetrada pelos pais tende a moldar o comportamento das crianças em suas relações futuras. Desta forma, pode-se conjecturar que, para as mulheres do estudo, a violência perpetrada por seus pais teve um impacto significativo, visto que estas foram expostas à violência de forma intensa, desde suas interações mais precoces, em diferentes formas de manifestação. Assim, desde crianças, essas mulheres foram expostas a situações de risco, representando uma violação de seus direitos. Essas violências podem ter propiciado às mulheres uma maior vulnerabilidade no que tange a uma vitimização nas relações que estabeleceram com seus parceiros, na vida adulta.

Afora os aspectos comuns às experiências das mulheres participantes do estudo, importa considerar, também, as particularidades de suas vivências. No caso 1, por exemplo, verificou-se, através do genograma familiar, que a violência se perpetuou na família de Carla desde a geração de seus avós, demonstrando um padrão relacional, sendo possível compreender que a violência acabou se constituindo como uma forma de relação desta família, fazendo parte de sua dinâmica e funcionamento, tanto da família paterna quanto materna. No caso da segunda família, Débora, embora tenha percebido e relatado violências perpetradas por sua mãe, buscou amenizar o ocorrido, justificando os atos de violência. Esse fato foi percebido, também, quando buscou ressaltar as qualidades de seu padrasto, que embora fosse violento com sua mãe, representava uma figura importante para Débora. Com relação a esse aspecto, Santos e Moré (2011) referem que mulheres que vivenciam a violência na própria família tendem a minimizar o problema, desejando perceber o agente da violência de forma mais amena do que o é de fato. Na relação conjugal, havia um desejo da participante de retomar a relação com seu parceiro, apesar das violências. Pode-se pensar, assim, corroborando com a literatura, que Débora foi aprendendo, desde suas primeiras relações, que a violência é uma forma de resolução de conflitos (Razera & Falcke, 2014), e que tende a ocorrer em todos os relacionamentos (Falcke & Féres-Carneiro, 2011), o que instaurou, assim, um processo de naturalização da violência.

No terceiro caso, por sua vez, verificou-se que, além das agressões parentais, Bárbara sofria também agressões por parte da sua irmã, de forma recorrente. Nesse tocante, pode-se pensar que a irmã, com quem poderia ter construído um vínculo positivo e de apoio mútuo, representando um fator protetivo no ambiente familiar, acabou reproduzindo os comportamentos da mãe, tornando-se mais um agente de violência, o que impactou de forma importante as vivências da participante. Outro aspecto que chama atenção nesse caso é o fato de que Bárbara reagia às agressões do seu marido também com violência. Pode-se refletir, em concordância com Sant'anna e Penso (2016), que sem outros recursos para lidar com a violência, acabava se utilizando da mesma como forma de defesa e de se colocar na relação, agredindo o marido. Pensando na dinâmica estabelecida em sua família de origem, em que sua mãe se posicionava de maneira agressiva frente ao marido, pode-se conjecturar que Bárbara repetia, na relação com Guilherme, o que observou na relação de seus pais. Ademais, cabe atentar ao fato de que as agressões ocorridas na relação eram bastante intensas,

representando um risco de vida importante à participante.

A partir do exposto, é possível pensar na transgeracionalidade da violência, visto que aspectos vivenciados pelas mulheres participantes em suas famílias de origem podem ter contribuído para a manutenção da violência em suas relações. Cabe destacar que existem diferentes teorias que se debruçam sobre os mecanismos pelos quais a transgeracionalidade da violência ocorre, tais como a teoria do apego, a modelagem do comportamento e a transmissão de legados familiares. A teoria do apego postula que o padrão de apego constituído nas primeiras relações afetivas, na infância, tende a se perpetuar nas demais relações construídas ao longo da vida (Bowlby, 1989). Assim, os filhos transmitem para seus próprios relacionamentos as características dos relacionamentos vivenciados com seus pais, bem como do relacionamento observado entre os pais (Vasconcelos, 2013). No caso de vivências de violência na família, a representação interna dessas relações fica fragilizada, dificultando, assim, o estabelecimento de relações saudáveis e satisfatórias, na vida adulta (Morton & Browne, 1998).

Cardoso e Baptitsta (2020) discutem a transmissão intergeracional da violência a partir da modelagem do comportamento, com base na teoria da aprendizagem social de Albert Bandura. Os autores afirmam que, por meio desta, os filhos tendem a repetir ou imitar os modelos recebidos dos pais. Ocorre que as crianças observam como os adultos lidam com diferentes situações e, quando adultas, suas respostas serão influenciadas pelo que observaram em seus familiares (Scantamburlo et al., 2012). Assim, crianças que presenciam agressões entre adultos ou vivenciam situações de violência doméstica apresentam uma tendência a aceitar ou reproduzir, em sua adultez, atos de violência (Andersen, 2018).

Destaca-se, também, a transmissão de mitos e legados familiares (Almeida, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2014), que se refere a padrões de comportamento que vão se repetindo em diferentes gerações de uma mesma família (Falcke & Wagner, 2005). Esses são mantidos e perpetuados na família por forças emocionais profundas ao longo das gerações (Aun, Vasconcellos, & Coelho, 2007). Assim, quando há a ocorrência da violência como um padrão de relacionamento familiar, essa vai sendo compreendida como um comportamento inerente aos relacionamentos e, portanto, reproduzida por seus membros em diferentes contextos, como forma de resolução de conflitos (Marasca, Colossi, & Falcke, 2013).

## Considerações Finais

Este estudo possibilitou a identificação de vivências familiares que podem ter relação com a violência nos relacionamentos amorosos das participantes, permitindo, assim, a compreensão da violência a partir de uma perspectiva transgeracional. No que tange a essas vivências, destaca-se que as mulheres participantes do estudo conseguiram olhar para suas famílias e compreender diversas questões, não só relacionadas à violência, mas também à falta de investimento afetivo de suas famílias de origem. Com relação a esse aspecto, pode-se pensar que as mulheres que se dispuseram a participar do estudo estivessem mais preservadas em relação a suas vivências e com uma maior condição de falar e refletir sobre as violências que haviam vivenciado, tanto conjugal quanto nas suas famílias de origem. Também, que as participantes haviam rompido suas relações perpassadas pela violência, o que possibilitou um distanciamento maior dessas situações e, portanto, uma possibilidade de pensar sobre e ressignificar essas vivências.

Atenta-se para a importância deste olhar, visto que, a partir dele, identificaram-se possibilidades de rompimento dos padrões perpetuados e do ciclo de violência, o que pode ser entendido como um fator de proteção frente a situações adversas experienciadas. Salienta-se, nesse tocante, a importância de espaços que deem voz a essas mulheres e que possibilitem olhar para a violência de uma forma ampla, levando em consideração, também, as vivências familiares.

Cabe destacar que este estudo se trata de um recorte, uma realidade específica vivenciada pelas três mulheres participantes. Então, importa considerar que a vivência da violência na família de origem não possui uma relação direta e causal com a violência conjugal, mas que, no caso deste estudo, o padrão de relacionamento violento que as participantes vivenciaram, na infância e adolescência, pode ter norteado a escolha conjugal das participantes, bem como reverberado em uma maior vulnerabilidade à vivência da violência na vida adulta. Torna-se importante refletir que essas vivências se coadunaram com uma estrutura social patriarcal e machista, que se pauta em relações desiguais entre homens e mulheres. Nesse cenário, atos de violência contra a mulher são legitimados e a violência naturalizada dentro de relações em que o homem é visto como detentor do poder e a mulher, como submissa. Assim, a reflexão sobre as relações desiguais de

gênero se faz necessária, com vistas a problematizar os modelos socialmente construídos que estruturam as relações.

O estudo apresentou como limitação o fato de ter sido realizado apenas com as mulheres em situação de violência, e não com o casal, o que poderia fornecer dados mais contextualizados à realidade conjugal, visto que possibilitaria uma compreensão mais ampla e o entendimento da história dos homens que perpetraram a violência, permitindo uma análise a partir do cruzamento de dados. Reforça-se a necessidade de estudos futuros que atentem a mulheres e/ou casais em diferentes realidades e contextos de vida, bem como que ampliem para um número maior de participantes, permitindo, dessa forma, uma generalização dos resultados. Ainda assim, acredita-se que as reflexões aqui propostas podem servir como subsídios para profissionais que atuam no contexto da violência conjugal, visto que salienta a importância de ampliar o olhar sobre esse fenômeno, atentando não só para as vivências atuais das mulheres em situação de violência, mas também para as vivências nas famílias de origem.

## Referências

- Almeida, M. E., Magalhães, A. S., & Féres-Caneiro, T. (2014). Transmissão geracional da profissão na família: repetição e diferenciação. *Revista Psico*, 45(4), 454-462. doi:10.15448/1980-8623.2014.4.15344
- Andersen, L. H. (2018). Assortative mating and the intergenerational transmission of parental incarceration risks. *Journal of Marriage and Family*, 80(2), 463-477. doi:10.1111/jomf.12459
- Araújo, I. A. de., Queiroz, A. B. A., Moura, M. A. V., & Penna, L. H. G. (2013). Representações sociais da vida sexual de mulheres no climatério atendidas em serviços públicos de saúde. *Texto Contexto Enferm.*, 22(1), 114-122. doi: 10.1590/S0104-07072013000100014
- Aun, J. G., Vasconcellos, M. J. E., & Coelho, S. V. (2007). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: O processo de atendimento sistêmico*. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa.
- Azevedo, A. K. S., & Dutra, E. M. S. (2015). Não há você sem mim: histórias de mulheres sobreviventes de uma tentativa de homicídio. *Revista Subjetividades*, 15(2), 201-213. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v15n2/04.pdf>
- Balbinotti, I. (2018). A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. *Revista da ESMESEC*, 23(31), 239-264. Recuperado de <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/191>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. (1a ed.) São Paulo: Edições 70.
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego*. (S. Monteiro de Barros, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Capaldi, D. M., & Clark, S. (1998). Prospective family predictors of aggression toward female partners for at-risk young men. *Developmental Psychology*, 34(6), 1175–1188. doi:10.1037//0012-1649.34.6.1175
- Cardoso, H. F., & Baptista, M. N. (2020). Família e intergeracionalidade. In M. L. M. Teodoro & M. N. Baptista (Orgs.). *Psicologia de família: Teoria, avaliação e intervenção*. (2a ed.) Porto Alegre: Artmed.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. (2a ed.) Porto Alegre: Artmed.

- Cerqueira, D., Lima, R. S., Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H., Alves, P. P., ... Armstrong, K. (2019). *Atlas da Violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Costa, N., Gomes, H., Almeida, T., Pinheiro, R. S., Almeida, C., Goldim, L., ... Lima, V. (2016). Violence against women: Can “jealousy” mitigate the significance of violence? *Estudos de Psicologia*, 33(3), 525-533. doi:10.1590/1982-02752016000300015
- Cui, M., Durtschi, J. A., Donnellan, M. B., Lorenz, F. O., & Conger, R. D. (2010). Intergenerational transmission of relationship aggression: A prospective longitudinal study. *Journal of Family Psychology*, 24(6), 688- 697. doi:10.1037/a0021675
- Erel, O., & Bruman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118(1), 108-132. doi: 10.1037/0033-2909.118.1.108.
- Falcke, D., & Féres-Carneiro, T. (2011). Reflexões sobre a violência conjugal: Diferentes contextos, múltiplas expressões. In A. Wagner, et al. (Orgs.) *Desafios psicossociais da família contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Falcke, D., Oliveira, D. Z., Rosa, L. W., & Bentancur, M. (2009). Violência conjugal: Um fenômeno interacional. *Contextos Clínicos*, 2(2), 81-90. doi: 10.4013/ctc.2009.22.02
- Falcke, D., & Rosa, L. W. da. (2011). A violência como instrumento educativo: Uma história sem fim? In A. Wagner. et al. (Orgs.) *Desafios psicossociais da família contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Falcke, D. & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definição de conceitos. In A. Wagner (Org.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares* (pp. 25-46). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Gomes, A. L., Amboni, G., & Almeida, T. (2011). Ciúme romântico em casais heterossexuais: relatos de pessoas casadas e unidas consensualmente. *Pensando Famílias*, 15(2), 31-50. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/309761861\\_Ciume\\_Romantico\\_em\\_Casais\\_Heterossexuais\\_Relatos\\_de\\_Pessoas\\_Casadas\\_e\\_Unidas\\_Consensualmente](https://www.researchgate.net/publication/309761861_Ciume_Romantico_em_Casais_Heterossexuais_Relatos_de_Pessoas_Casadas_e_Unidas_Consensualmente)

- Heyman, R. E., & Slep, A. M. S. (2002). Do child abuse and interparental violence lead to adulthood family violence? *Journal of Marriage and Family*, *64*, 864–870. doi: 10.1111/j.1741-3737.2002.00864.x
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, *49*, 25–44. doi:10.1111/j.1741-3729.2000.00025.x
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Diário Oficial da União, Brasília.
- Marasca, A., Colossi, P., & Falcke, D. (2013). Violência conjugal e família de origem: uma revisão sistemática de 2006 a 2011. *Temas em Psicologia*, *21*( 1), 221-243. doi: 10.9788/TP2013.1-16
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2017). *Técnicas de pesquisa*. (8a ed.) São Paulo: Editora Atlas.
- Melo, Z. M. de., Silva, M. da., & Caldas, M. T. (2009). Violência intrafamiliar: Crimes contra a mulher na área metropolitana de Recife. *Psicologia em Estudo*, *14*(1), 111-119. doi: 10.1590/S1413-73722009000100014.
- Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. (18a ed.) Petrópolis: Vozes.
- Morgado, R. (2011). Mulheres em situação de violência doméstica: Limites e possibilidades de enfrentamento. In H. S. Gonçalves & E. P. Brandão (Orgs.), *Psicologia Jurídica no Brasil* (3a ed., pp. 253-282). Rio de Janeiro: Editora Nau.
- Morton, N., & Browne, K. D. (1998). Theory and observation of attachment and its relation to child maltreatment: A review. *Child Abuse & Neglect*, *22*(11), 1093–1104. doi:10.1016/S0145-2134(98)00088-X
- Narvaz, M. (2002). Abusos sexuais e violências de gênero. In M. R. Nunes (Org.). *Os direitos humanos das meninas e das mulheres: Enfoques feministas* (pp. 29-33). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- Paixão, G. P. do N., Gomes, N. P., Diniz, M. N. F., Couto, T. M., Vianna, L. A. C., & Santos, S. M. P. (2014). Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: O discurso de mulheres. *Texto Contexto*

- Enfermagem*, 23(4), 1041-1049. doi: 10.1590/0104-07072014003290013
- Razera, J., & Falcke, D. (2014). Relacionamento conjugal e violência: Sair é mais difícil que ficar? *Aletheia*, 45, 156-167. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n45/n45a12.pdf>
- Rosa, L. W. da, & Falcke, D. (2014). Violência conjugal: Compreendendo o fenômeno. *Revista da SPAGESP*, 15(1), 17-32. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v15n1/v15n1a03.pdf>
- Sani, A. I. (2017). Perícias psicológicas em casos de conflito interpaparental: Recomendações para a prática. *Temas em Psicologia*, 25(2), 427-436. doi:10.9788/TP2017.2-02Pt
- Sant'anna, T. C. & Penso, M. A. (2016). A transmissão geracional da violência na relação conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-11. doi:10.1590/0102.3772e33427
- Santos, A. C. W dos, & Moré, C. L. O. O. (2011). Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicologia Ciência e Profissão*, 31(2), 220-235. doi:10.1590/S1414-98932011000200003
- Scantamburlo, N. P., Moré, C. L. O. O., & Crepaldi, M. A. (2012). O processo de transmissão intergeracional e a violência no casal. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 44, 35-48. Recuperado de <https://revistanps.com.br/nps/article/view/250>
- Silva, L. L., Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C. (2007). Violência silenciosa: Violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface*, 11(21), 93-103. doi: 10.1590/S1414-32832007000100009
- Vargas, D. (2010). Atitudes de enfermeiros frente às habilidades de identificação para ajudar o paciente alcoolista. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 63(2), 190-195. doi:10.1590/S0034-71672010000200004
- Vasconcelos, T. S. F. de. (2013). *A influência das relações de apego entre pais e filhos na compreensão das emoções pelos filhos* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco). Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10444>

- Vieira, L. B., Cortes, L. F., Padoin, S. M. M., Souza, I. E. O., Paula, C. C., & Terra, M. G. (2014). Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: Denúncias de vividos. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 67(3), 366-372. doi:10.5935/0034-7167.20140048
- Vieira, K. F. L., Nóbrega, R. P. M. da., Arruda, M. V. S., & Veiga, P. M. de M. (2016). Representação social das relações sexuais: Um estudo transgeracional entre mulheres. *Psicologia Ciência e Profissão*, 36(2), 329-340. doi:10.1590/1982-3703001752013.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF.
- Walker, L. (1999). *The battered woman syndrome*. New York: Harper and Row.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. (2a ed.) Porto Alegre: Bookman.
- Zancan, N., Wassermann, V., & de Lima, G. Q. (2013). A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *Pensando Famílias*, 17(1), 63-76. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n1/v17n1a07.pdf>